

“A causa de um é a causa de todos”. Greves e sindicatos em Portugal 1870, um olhar da história global

“The cause of one is the cause of all”: labor strikes and labor unions in Portugal 1870, a perspective from global history

Raquel Varela* 

RESUMO

Neste artigo analisamos o período da primeira onda de greves em Portugal relacionando-as com a situação histórica internacional, em particular a crise econômica da grande depressão de 1870, a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores – a Fraternidade Operária – nesse período, a revolução ibérica de 1868. A partir de 1870, Portugal conhece a greve, que, mesmo reprimida, restringida ou proibida de fato até 1974, nunca mais deixará o panorama social contemporâneo. Uma das características fundamentais da produção capitalista, desde então, é a paragem da produção pelos trabalhadores. Que condições se criaram para que uma nova palavra tenha surgido no léxico social, e, pese embora a dureza da repressão que sobre os trabalhadores se abateu, nunca mais tenha deixado a realidade social?

Palavras-Chave: greves; Portugal; Fraternidade Operária; Comuna de Paris.

ABSTRACT

In this article we analyze the period of the first wave of labor strikes in Portugal, relating them to the international situation, in particular, the economic crisis of the great depression of 1870, the foundation of the International Workingmen’s Association – the Fraternidade Operária – in that period, the Iberian revolution of 1868. From 1870 onwards, Portugal has known the labor strike, which, even if repressed, restricted, or actually prohibited until 1974, will never again leave the contemporary social panorama. One of the fundamental characteristics of capitalist production, since then, is the stoppage of production by workers. What conditions were created for a new word to emerge in the social lexicon, and, despite the harshness of the repression that hit the workers, never again left social reality?

Keywords: labor strikes; Portugal; Fraternidade Operária; Paris Commune.

Introdução

Em 1848 e, depois, em 1871, na Comuna de Paris, os operários parisienses atiraram contra o relógio da catedral fazendo assim ex-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.76090>

*Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: raquelvarela@fcsh.unl.pt.

Como citar: VARELA, R. “A causa de um é a causa de todos”. Greves e sindicatos em Portugal 1870, um olhar da história global. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 181 - 195, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.76090>

Recebido em 15 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 03 de maio de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

plodir o *continuum* da história europeia e mundial. Nasce no mesmo ano na periferia da Europa, em Portugal, a Fraternidade Operária. Parando aquele tempo, os operários franceses interrompiam o progresso que os acorrentava à exploração nas oficinas ou fábricas, inaugurando uma nova fase na agência – nos sujeitos da história.

“Ou a classe trabalhadora é revolucionária, ou ela não é nada!”, escreveu Karl Marx a Johann Baptist von Schweitzer a 13 de fevereiro de 1865. Seis meses antes tinha fundado, em Londres, no salão de Sr. Martin’s Hall, com dois mil trabalhadores e uma delegação importante de operários do continente, a I Internacional, a primeira organização mundial de trabalhadores com vista a “um plano para um melhor entendimento entre os povos” (MUSTO, 2014, p. 19).

A proletarização, que representou a transformação completa da força de trabalho em mercadoria, viria a conferir poderes coercitivos novos e mais extensos ao mercado, criando uma classe trabalhadora completamente dependente dele e completamente vulnerável à disciplina do mercado, sem nenhuma mediação e sem recursos alternativos. (WOOD, 2001, p. 101-102).

Porém, a transformação do trabalho em trabalho mercantil irá criar também a crítica à mercantilização do trabalho – que é, ainda hoje, a razão consciente ou espontânea das lutas laborais. Se estes 200 anos são a história da proletarização de camadas crescentes, alienadas, subjugadas, padronizadas nos modos de vida, apartadas do desenvolvimento do ser humano integral, os mesmos 200 anos são a história, impressionante, de coragem, de lutas intrépidas, dos trabalhadores contra a mercantilização e desumanização no trabalho (SUPIOT, 2014). O trabalho foi palco de torturas e de resistências; de desmotivação e de conquistas; de alienação e de aprendizagem política. Por outro lado, o potencial transformador desta classe – pelo seu número – é inédito na história.

Portugal a partir de 1870 conhece a greve, que, mesmo reprimida, restringida ou proibida de fato até 1974, nunca mais deixará o panorama social contemporâneo. Uma das características fundamentais da produção capitalista, desde então, é a paragem da produção pelos trabalhadores. Que condições se criaram para que uma nova palavra tenha surgido no léxico social, e, pese embora a dureza da repressão que sobre os trabalhadores se abateu, nunca mais tenha deixado a realidade social?

Crise, guerra e revolução: a tríade da história contemporânea

Se havia uma ligação na história entre preços agrícolas e crises, a partir de 1870 ela desaparece (COGGIOLA, 2009, p. 71). As crises modernas não são de escassez, pragas ou maus anos agrícolas. São crises cíclicas de superacumulação de capital (VARELA, 2018).

Na crise não faltam colheitas, há produção de capital a mais. A “queima de capital” é a resposta à crise: parar de produzir ou produzir mais com menos trabalho.

A tríade do capitalismo – crises, guerras e revoluções – começa aqui, em 1870, o seu percurso retroalimentado, com as respostas anticíclicas (expansão de mercados, disputa de matérias-primas, intensificação do trabalho, economia de guerra). A “saída da crise” está na origem da crise, impondo à modernidade a barbárie, em doses apocalípticas. Mas também são os momentos de resposta às medidas contracíclicas que se apresentam como cruzamentos, pontos de escolha, à humanidade. Oferecem a resistência em atos de coragem que redesenharam para sempre o futuro, expandindo o espectro de autodeterminação de toda a humanidade (ANDERSON, 2012).

A era da história das crises políticas geradas na competição econômica, do embate mortífero entre Estados para “sair” das crises, hasteando bandeiras das nações para fazer guerras de expansão e luta por matérias-primas, é também a história das revoluções sociais contra as guerras e os Estados. Um novo poder, paralelo ao Estado dominado desde as revoluções liberais pela burguesia, um poder com base nos trabalhadores, surgia organizado pela primeira vez na história, em 1871, na Comuna de Paris – surgirá em 1905 na Rússia com o nome de *soviets*.

Se as guerras redesenham o mapa geopolítico, as revoluções mudam a sociedade de uma forma profunda e inédita – em meses, por vezes anos, as revoluções impõem transformações que fazem os países saltarem séculos e as ideias, a ciência, a arte, as relações, os indivíduos expandem-se à velocidade da luz. Na Comuna de Paris o relógio da catedral parou e o espectro da autodeterminação acelerou-se: escola para todos, gratuita; eleições democráticas; fim do trabalho noturno; Eduard Manet fez ateliês de arte para os trabalhadores e os museus abriam as portas à classe trabalhadora, até aí impedida de entrar, que passa a não só produzir, mas a discutir o que produz, como e para quem.

Antes da crise que rebenta em 1873, foi esquecida em geral na história de Portugal outra grande crise europeia – a de 1866 –, que tem como sintoma o colapso bancário em Londres, na sequência da guerra civil norte-americana (1861-1865), que matou 800 mil pessoas. Essa guerra foi ela mesma uma resposta à expansão do capitalismo em torno do mercado do algodão e da gestão da força de trabalho nos EUA. 1870 é a primeira depressão da história do capitalismo. Rebenta a guerra – franco-prussiana (1870-1871) – e, pela primeira vez, uma revolução não burguesa, mas social, a Comuna de Paris (18 de março de 1871 a 28 de maio de 1871).

Em Portugal a historiografia tem dado mais relevância à crise do *ultimatum* de 1890, mas a crise política de 1870 é, também ela, fruto de múltiplas determinações. Ela é um resultado direto da economia mundial de que o Estado português é um “subalterno cúmplice”. A crise mundial vai ter impacto no consumo e no desemprego. O comércio mundial decuplicou entre 1848 e 1914 (COGGIOLA, 2009, p. 85), aumentando

a indústria nos países mais avançados, mas também aumentando o fosso com os países semiperiféricos, como Portugal. O capital chegava de Inglaterra, penetrava em cada poro do país, de forma desigual, mantendo o país formalmente a sua independência nacional, mas estruturalmente dependente dos países centrais, cujas guerras e alianças foram determinantes para a história de Portugal e cujas classes dominantes foram sócias subalternas do núcleo de acumulação. Como sempre acontece nas relações de subordinação, a parca capacidade de acumulação da burguesia levou a uma ferocidade que ultrapassou os países de que dependia.

O Estado português recorreu ao trabalho forçado a uma escala superior à de qualquer império e a manteve para garantir o seu modo de acumulação com uma ditadura na metrópole de 48 anos – a mais longa ditadura europeia. Não raras vezes os patrões das fábricas em greve têm sobrenomes franceses e ingleses, no século XIX, alemães também (ANDERSON, 2019).

Da guerra franco-prussina – a mais mortífera até aí, 1 milhão de mortos – nasce a Alemanha, Estado unificado, o mais poderoso Estado da Europa até aos dias de hoje. Nasce também a primeira revolução social da história que ergue a bandeira vermelha contra “todas as guerras”, a Comuna de Paris de 1871.

Em 1870 a burguesia está em apuros. Por um lado, as greves na Europa impedem cortes de salários que ajudariam a burguesia a “sair da crise”; por outro, a mesma burguesia teme a repetição da Comuna de Paris, quando ainda não resolveu totalmente a expropriação da nobreza – restando parcialmente um poder controlado por monarquias em muitos países. Em Portugal também, até 1910.

A saída da crise de 1870 vai ser, em doses distintas, repressão e concessões ao movimento operário, com subidas de salários, embora muito díspares, consoante os setores, cidades e regiões, e consoante as lutas por estes protagonizadas (MARTINS, 1997). Mas sobretudo a resposta à crise vai ser a expansão colonial; expandir a acumulação para os lugares no mundo onde se possa dar a valorização do capital é a réplica, agora, com ocupação efetiva do território africano, até aí controlado sobretudo só na costa de África e em entrepostos comerciais. O ouro, a borracha (essencial para a nova fase de expansão de capital), o carvão e outras matérias-primas, entre 1870 e os dias de hoje, permitiam baratear os custos, subindo os lucros nos países centrais. África será dividida pelas potências europeias à régua e esquadro no congresso de Berlim em 1884-1885.

Quando todos os cantos da terra estão explorados, explodirá o enfrentamento, a I Guerra Mundial. Há um antes e depois de 1870 – a resposta às crises vai ser o imperialismo –, quando um capitalismo não pode sobreviver sem destruir o outro – o que desembocará na primeira guerra em escala mundial e nos 20 milhões de mortos entre 1914-1918. E a primeira revolução social da história vitoriosa – a Revolução Russa de 1917.

A crise de 1870 ganha contornos de grande depressão (tal como acontecerá com as crises de 1929, 1970, 1981 e 2008), o desemprego em Inglaterra passa de um para 11%, há queda geral dos preços. Em Portugal a alta do preço dos salários em 1866 e 1867 antevia uma crise, que vai desembocar na resposta anticíclica de aumentar os impostos, desencadeando uma revolução nacional – a Janeirinha –, que faz cair o governo unificado da burguesia (o Partido Regenerador e o Partido Histórico tinham-se unificado em 1865). A imobilização da capacidade produtiva como resposta à crise verifica-se então em contrarresposta: queda das importações de matérias-primas, quebra das manufaturas, quebra na construção civil (CABRAL, 1976, p. 121) e aumento do desemprego.

O desenho do capitalismo que sai da crise de 1870 deixa para trás paulatinamente a competição entre empresas e comerciantes que tinha caracterizado o capitalismo na sua fase de arranque. O seu núcleo dominante de produção passa a ser a empresa de monopólio. A guerra decorrente da luta pelas matérias-primas torna-se norma e será cada vez mais mortífera; a força de trabalho é levada às migrações a uma escala nunca antes conhecida, que ultrapassa em muito os milhões de escravos forçados a sair de África nos séculos precedentes – criava-se, à escala mundial, o que Marx denominou de o “exército industrial de reserva”, para garantir a concorrência; junta-se a expansão colonial com a generalização do trabalho forçado, da borracha do Congo belga ao algodão de Angola. O imperialismo é a forma contemporânea de organização do mundo, até aos dias de hoje.

“A Internacional é o gênero humano”

Neste contexto internacional, que revolve as entranhas políticas da sociedade europeia, em Portugal criam-se as condições para a fundação da Fraternidade Operária, filha da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que tinha sido fundada em Londres em 1864 por Karl Max e centenas de quadros dirigentes do movimento operário europeu formado nas lutas do cartismo inglês e nas revoluções de 1848. A partir da Comuna de Paris o movimento operário ganhará uma força redobrada, e expande a AIT, a Internacional. Engles pedirá aos espanhóis para ajudarem a fundar em Portugal um braço da Internacional, tendo partido estes de Espanha para, num barco do Tejo, onde estavam livres de escutas e olhares de denunciante, se reunirem e fundarem a AIT em Portugal.

Como descreve João Lázaro

A entrada da Internacional em Portugal ocorre através de três importantes internacionalistas espanhóis: Anselmo Lorenzo, Tomás Morago e Francisco Mora, dirigentes do conselho Espanhol da AIT, que durante um curto espaço vão viver em Lisboa devido às perseguições políticas em Espanha. Em 1871, decidiram sair de Toledo rumo ao deserto da Mancha e, através da Extremadura, cruzaram a fronteira. James Guillaume, importante dirigente

da AIT, confirma esta tese: ‘em 1871, quando as perseguições forçaram três membros do Conselho Federal, Morago, F. Mora e Lorenzo, [refugiaram-se] em Lisboa’, para em seguida contar que na capital portuguesa ‘constituíram um núcleo do grupo de Madrid da Aliança’. Embora a vinda dos internacionalistas a Lisboa tenha sido forçada, na verdade, já era sentida na AIT uma necessidade de estabelecer contatos com Portugal. Anselmo Lorenzo escreve nas suas memórias que, em dezembro de 1870, o movimento internacionalista espanhol pretendia estabelecer ligações com o movimento operário português, uma vontade afirmada publicamente num congresso de operários em Barcelona, onde é anunciado um apelo aos trabalhadores portugueses para a construção da Internacional. Mais tarde, Friedrich Engels escrevia uma carta ao Conselho Federal Espanhol, salientando a importância de formar uma seção da Internacional em Portugal, deixando um apelo aos espanhóis: ‘não temos ainda secção em Portugal, porventura é mais fácil para vocês do que para nós encetar relações com os trabalhadores desse país’. Os três internacionalistas espanhóis chegam a Lisboa em junho de 1871. (LÁZARO, 2019, p. 2-3).

A AIT recruta em todo o lado militantes igualitaristas, socialistas, anarquistas. Os sindicatos crescem. Um dos dirigentes mais importantes da Internacional que vai fundar a Fraternidade Operária é José Fontana, provavelmente italiano de origem suíça.

Em 1870, em 19 de outubro, em Lisboa, os estatutos do Centro Promotor das Classes Laboriosas – uma associação de caráter mutualista fundada em 1852 – são derogados, rompendo com o “paternalismo burguês” (SÁ, 1990, p. 218) e a concessão de submissão política dos trabalhadores à caridade, filantropia ou aos “beneméritos patrões”. Os novos estatutos colocam no centro a questão da greve e da eficácia desta, que devia ser garantia com fundos de resistência nacionais e entre países, evitando a concorrência entre trabalhadores. Esse era o espírito da organização, impedir que os trabalhadores concorressem entre si. O objetivo? Uma sociedade livre e emancipada. “Não mais deveres sem direitos”.

“Sobre a importância da Internacional”, Marx escreveu:

[...] A diferença entre uma classe trabalhadora sem uma Internacional e uma classe trabalhadora com uma Internacional torna-se muito evidente se olharmos retrospectivamente para o período de 1848. Muitos anos foram necessários para que a própria classe trabalhadora reconhecesse a Insurreição de Junho de 1848 como a obra de sua própria vanguarda. A Comuna de Paris foi imediatamente aclamada pelo proletariado do mundo inteiro. Vós, os delegados da classe trabalhadora, estais aqui reunidos para fortalecer a organização militante de uma sociedade que visa à emancipação do trabalho e à extinção dos ódios nacionais. Quase ao mesmo tempo, reúnem-se em Berlim os dignitários coroados de todo o mundo, a fim de forjar novos grilhões e tramar novas guerras. Vida longa à Associação Internacional dos Trabalhadores! (apud MUSTO, 2014, p. 269).

Ademais,

Se as greves, para obterem sucesso, precisam ser feitas e dirigidas pelas sociedades de resistência, estas, por sua vez, só serão sérias quando forem todas federadas, não apenas numa profissão e num país, mas de país a país e de profissão a profissão; daí a necessidade de uma federação internacional. Não será despropositado dar aqui uma breve explicação sobre esse assunto. Assim, é facilmente compreensível que, mesmo se uma sociedade de resistência for bem-sucedida em unificar todos os trabalhadores de uma mesma profissão numa mesma localidade, ela não terá conquistado nada estável e salutar a não ser que o patrão não consiga encontrar, nem nas localidades vizinhas, nem no país, nem no exterior, os trabalhadores de que necessita para substituir aqueles que suspenderam seu trabalho por uma razão legítima. (PAEPE, 2014, p. 256).

Uma das questões fundamentais para os membros da AIT é a solidariedade internacional para evitar a concorrência entre trabalhadores, e esse fato é verificável nas greves em Portugal em 1870, sob impulso ou influência da Fraternidade Operária. A partir daqui, de 1870/1871, a questão da organização política e sindical dos trabalhadores em Portugal vai ser o ponto nevrálgico de toda a resposta do Estado português e dos seus aliados até aos dias de hoje – como garantir a acumulação de capital neutralizando as organizações de trabalhadores? Repressão, prisão, degredo, assassinato, cooptação, negociação, cedência. As doses de cada uma foram proporcionais à força e fraqueza das classes em confronto, até hoje.

“A causa de um é a causa de todos”

Em 1870 é apresentado no parlamento inglês (VARELA, 2018), por ordem de Sua Majestade, o relatório sobre as condições das classes trabalhadoras dos países estrangeiros¹. Um grupo de agentes consulares e diplomáticos envia de várias partes do mundo um relatório detalhado sobre as condições laborais que iriam os capitalistas ingleses encontrar em cada país, desde Portugal ao Império Otomano, dos EUA à Grécia. Nele podem ler-se o número de almas disponíveis para trabalhar, a sua formação média, tamanho da família, hábitos alimentares, habitação, higiene, quais os trabalhos que podem ser ocupados por mulheres ou crianças.

No Império Otomano há uma descrição detalhada das organizações de artesãos, quanto ganham por categoria; o relatório da região de Valência, no Estado espanhol, explica, além do número, que ganham mais no verão do que no inverno, provavelmente por escassez de força de trabalho disponível, já que estão a trabalhar nas próprias colheitas e

1 INTERNATIONAL INSTITUTE (1870).

hortas. O de Portugal recomenda os trabalhadores portugueses porque não bebem muito ao domingo e, por isso, trabalham à segunda-feira, e porque “se contentam com pouco”.

Aquilo que hoje seria um “moderno sistema de gestão de recursos humanos”, realizado provavelmente por um estudo de uma consultora internacional, era já profundamente detalhado na Europa industrializada oitocentista – é a visão do Continente Europeu como um simples mercado de trabalho. Quantos são, quanto ganham, o que sabem fazer, como é que vivem, quanto se pode pagar? E... quanto é que não se pode pagar? (LOUÇÃ, 2016).

Em 1880 a revista *La Revue Socialiste* publica outro inquérito, o Inquérito Operário, este mais famoso (vai ser o precursor dos inquéritos sociológicos acadêmicos ao mundo operário), realizado por um senhor que viria a ser conhecido pouco tempo depois em todo o mundo – Karl Marx (1880). O inquérito foi conduzido pela própria revista e continha 100 perguntas sobre as “condições físicas, intelectuais e morais de vida dos homens e mulheres trabalhadores”. Assumia-se como uma batalha científica que faria um levantamento da condição de vida da classe trabalhadora, no caso francesa, porque o governo – considerava – e as entidades oficiais faziam inquéritos sobre tudo, menos sobre os trabalhadores.

Começava um mundo novo, de um lado a segurança na acumulação por parte das empresas, expressa no inquérito de Sua Majestade britânica; e, do outro, a luta pela melhoria das condições de vida das classes laboriosas – esta tem sido a história da Europa, há 200 anos, simbolizada pela *enquête ouvrière* de Karl Marx.

“Contentam-se com pouco” é uma frase que o relator iria lamentar mais tarde... Entre 1870 e 1920 haverá em Portugal 4636 greves (TENGARRINHA, 1981). Entre 1910 e 1917 são 2046. Nunca mais as palavras “trabalhador” e “greve”² deixarão o vocabulário do Estado português e das frações de classes dirigentes que o compõem; fosse para enaltecer ou combater, temer ou esmagar, ceder ou enfrentar, a luta de classes tinha vindo para ficar. Enquanto existirem classes... A força social das classes trabalhadores mudou o mundo, inaugurando um novo tempo e espaço que modificou todas as relações sociais, amorosas, familiares etc.

Entre 1835 e 1869 o historiador José Manuel Tengarrinha (1981) – que fez um trabalho ímpar com a sua equipe, em Portugal, de investigação: foram dezenas de caixas de sapatos e fichas organizadas em anos de trabalho meticuloso – registrou 30 greves. A partir da revolução de 1868, que é ibérica, conhecida como a Janeirinha em Portugal, e que em Espanha abrirá uma situação revolucionária de seis anos que culminará na República em 1873, a situação social radicaliza-se. Parte da base social da revolução da Janeirinha são os “rotos”, camadas mais pobres do povo. Mas a eles vão juntar-se, a partir de 1869 e 1870, as camadas operárias, num quadro de crise internacional e guerra. Daí sai, como

2 Chamavam-se então coligações ou paredes às greves. A palavra greve.

já referimos, por três meses, o primeiro governo operário da história, a Comuna de Paris, quando a AIT, fundada em 1864, tinha força para organizar fundos de greve e bloqueios de fura-greves à escala europeia. Estes fatores, juntos, vão ser decisivos para uma mudança estrutural nos trabalhadores portugueses. O impacto no movimento operário é imediato. Há 18 greves em 1870, 38 greves em 1872 e 25 em 1873, e elas vão ser organizadas por dirigentes políticos socialistas, ganhando novas dinâmicas que, por sua vez, vão contribuir para mudar o panorama organizativo dos trabalhadores em Portugal e com impacto internacional. A Fraternidade Operária é um salto qualitativo, já que age como um partido de trabalhadores *de fato*, o primeiro da história de Portugal. Como comentaram os jornais, “os costumes franceses vão-se tornando cada vez mais nossos” (TENGARRINHA, 2021, p. 153).

A proibição das greves – pelo Código Penal de 1852 – é ignorada pelos trabalhadores. No ano de 1872, há mais greves em Portugal do que nos 34 anos anteriores – estava formada uma nova classe social em Portugal, que, a par da burguesia, são as duas classes fundamentais que determinam a vida em sociedade desde então. A classe trabalhadora vai ser a classe a partir da qual passa o fluxo da história – já que a sua ação e a sua inação vão ser essenciais para explicar todo o desenvolvimento histórico contemporâneo.

José Manuel Tengarrinha tem algumas hipóteses que nos dão pistas preciosas para compreender a realidade histórica, como a análise diligente que dá ao trabalho um espaço central e, às lutas sociais – esquecidas na história política –, um lugar de destaque. Isto permite-lhe avançar com uma ideia crucial – a fratura entre a burguesia e o movimento operário dá-se em 1868, com a ausência de apoio da burguesia às reivindicações populares contra a expropriação (TENGARRINHA, 2022). Tengarrinha pensa como um historiador os processos sociais, e não apenas como um fotógrafo que usa uma grande angular e olha apenas os resultados institucionais, afogando-se em decretos, uma boa parte dos quais nunca saíram do papel...

Outras das hipóteses de Tengarrinha, porém, levantam-nos mais dilemas, porque não escapam daquilo que pensamos ser um certo determinismo. Deixemos já aqui a questão explícita para os leitores. Se a classe trabalhadora cresce, passa a lutar e ganha consciência de classe porque cresce, habita e convive os meios culturais, está junta em grandes fábricas e usufrui da expansão do telégrafo, das comunicações e da imprensa. Por que hoje – que há mais comunicações, mais rápidas, a classe trabalhadora fabril aumentou exponencialmente face ao século XIX e trabalha em cadeias produtivas cada vez maiores, até os serviços foram industrializados e o modelo fordista expandiu-se inusitadamente – não tem consciência de classe, e o movimento operário organizado vive, desde 1990, a maior crise organizativa da sua história?

Uma das respostas, que aqui defendemos, é justamente dada pela ideia de *múltipla determinação*. A relação entre organizações com quadros políticos socialistas e a conjuntura de crise da burguesia são as duas questões determinantes para explicar a fraqueza ou a força do movimento operário, mais do que a sua existência numérica concentrada. Não existe – esta é a nossa hipótese –, hoje, menos classe trabalhadora, pelo contrário. Nunca em Portugal ou na humanidade existiram tantos trabalhadores, e eles foram a proporção maior da sociedade. Existe sim menos organização da classe trabalhadora.

Regressemos ao manancial de dados de Tengarrinha. Lisboa, Porto, Setúbal e Faro são as cidades com mais greves até o fim do século XIX. Os setores mais ativos nas lutas eram os têxteis, tabaqueiros, com destaque para os cigarreiros; os marceneiros, soldadores, corticeiros (na margem esquerda do rio Tejo) e pescadores são, em Setúbal, sobretudo já a partir de 1896, os setores que se revoltam mais.

O salário, o horário de trabalho e as condições de trabalho são os motivos principais das greves, mas destaca-se o enorme número de greves de solidariedade. Entre os motivos das greves neste período tem particular relevo a questão salarial: das 684 greves de que foi possível determinar a causa, 288 (42,1%) têm essa origem. Segue-se o horário de trabalho, com 111 (16,2%), condições de trabalho, com 105 (15,4%), solidariedade, com 66 (9,6%), contra impostos, com 57 (8,3%), simpatia, com 15 (2,2%) (TENGARRINHA, 1981, p. 588).

A entreaajuda nas greves, a recusa em substituir grevistas e a solidariedade internacional foram comuns neste período. Grande parte das greves eram contra o trabalho à peça ou de empreitada, contra o prolongamento da jornada de trabalho e por melhores salários. Em 1872 os carpinteiros da doca de Cacilhas entram em greve, e os operários do arsenal da Marinha são chamados para os substituir. Recusam. A palavra de ordem, que ecoava de Lisboa a Nova Iorque, de Madrid a Berlim, era “a causa deles é a de todos”. Tentaram recrutar em Espanha e no Porto; em vão, ninguém aceitava.

Se as greves, para obterem sucesso, precisam ser feitas e dirigidas pelas sociedades de resistência, estas, por sua vez, só serão sérias quando forem todas federadas, não apenas numa profissão e num país, mas de país a país e de profissão a profissão; daí a necessidade de uma federação internacional. Não será despropositado dar aqui uma breve explicação sobre esse assunto. Assim, é facilmente compreensível que, mesmo se uma sociedade de resistência for bem – sucedida em unificar todos os trabalhadores de uma mesma profissão numa mesma localidade, ela não terá conquistado nada estável e salutar a não ser que o patrão não consiga encontrar, nem nas localidades vizinhas, nem no país, nem no exterior, os trabalhadores de que necessita para substituir aqueles que suspenderam seu trabalho por uma razão legítima. (MUSTO, 2014).

Na greve dos fundidores da Perseverança, em Lisboa, os operários do Porto mandaram um telegrama a dizer que não aceitariam ser substituídos nem aceitavam “fundir obra” enviada de fábricas em greve. Fábricas pequenas, onde não havia greves, com medo de que o exemplo inspirasse os trabalhadores, vão abolir os serões (trabalho noturno).

Fazia-se nesta década de 1870 subscrições públicas, muitas anunciadas em jornais operários, para ajudar os grevistas. Em Lisboa, quando houve a greve geral dos cigarreiros, os operários dirigiram-se ao povo: “exposição aos operários deste país e a todas as pessoas de corações bondoso com o fim de os auxiliarem até conseguirem ser pagos em conformidade com o quanto do trabalho que houve”³.

Das lutas das fábricas das fundições de ferro de Lisboa nasceu mesmo uma cooperativa, a Indústria Social, na Rocha Conde de Óbidos, junto ao Tejo, em Lisboa, em janeiro de 1873, e também por iniciativa de membros da Fraternidade Operária. Foram os membros da fábrica Perseverança, recusando-se a trabalhar aos serões, que foram a base social da Indústria Social – houve 75 classes associadas da Fraternidade Operária que ajudaram a criar esta fábrica, que terá sido a mais bem-sucedida cooperativa de produção. A maioria das cooperativas não prosperaram porque exigiam capitais imensos e empréstimos a que os operários não têm fácil acesso.

Os tintureiros em 1872 na fábrica de fiação e tecidos, em Almada, no Olho de Boi, nome do lugar na margem esquerda do rio Tejo, em frente a Lisboa, solidarizaram-se com as aspadeiras, em luta por melhores salários e pelo pagamento de horas extraordinárias e redução do horário de trabalho, não apenas no inverno. Muitos eram maridos destas, mas a população apoiou também e a tentativa de mandarem vir de fora trabalhadores foi malograda – a população apupou os que vinham substituí-los. A greve dos cigarreiros na cidade do Porto teve tanto apoio público “ao ponto de serem insuficientes as instalações da sede do Porto da FO para tao elevado número de pessoas que desejavam assistir as reuniões” (TENGARRINHA, 2022, p. 184).

A greve geral dos ferroviários do norte e leste em 1873 começou com o pessoal do movimento, linha e oficinas em solidariedade contra os companheiros despedidos – despedidos por serem filiados na Fraternidade Operária. “Abandonam assim o trabalho os operários das diversas secções, desde os maquinistas, fogueiros, condutores, guarda freios, aos carpinteiros, caldeireiros, torneiros, serralheiros, ferreiros, fundidores, pedreiros, limpadores, no total de algumas centenas” (TENGARRINHA, 2022, p. 188). O exército respondeu de forma brutal, cercou as instalações de Lisboa, Porto e Entroncamento contra os trabalhadores que ocupavam a Linha. A Fraternidade Operária usou metade do seu fundo para ajudar e pediu apoios internacionais; o governo acusava a Internacional e os

3 *Diário de Notícias* de 19 de dezembro de 1871 (*apud* TENGARRINHA, 2021, p. 231).

“revolucionários”. Foi entre o final de janeiro e fevereiro quando a companhia ameaçou tirar-lhes as casas. Foram a pouco e pouco sendo readmitidos, com cedências mútuas, despedido o maquinista Vieira, dirigente da Fraternidade.

Nestes três anos houve greves dos carpinteiros, calafates da reparação e construção naval. Houve greves na fábrica têxtil José Diogo da Silva contra a redução do preço à peça do trabalho – essa derrotada –, no porto na fábrica de tecidos de algodão, e dos chapeleiros também, por aumentos de salários e redução do horário de trabalho. Em muitos casos, o exemplo chegava a setores de comerciantes, que se solidarizavam ou entravam nos protestos, como os açougueiros do Porto, as costureiras de Mafra, do asilo dos soldados, ou os trabalhadores da construção e obras públicas em Ponta Delgada, nos Açores. Não era só o número de greves que impressionava, mas a sua organização: em 1872 houve 38 greves, mas seis já foram gerais (de setor), o que implica mais organização setorial e regional; nem todas as greves eram dirigidas por membros da Fraternidade Operária, mas por outras associações que com estas se organizavam ou lhe seguiam o exemplo.

Havia repúdio aos fura-greves, maltratados, ostracizados, contra os quais é usada por vezes violência, e chegou a haver algumas listas públicas dos que tinham furado a greve. Há também comunicados em jornais a pedir para não aceitarem substituir grevistas.

Havia também ecos das lutas de greves na França e na Alemanha em 1970 e 1971 que chegavam à hiperativa imprensa operária portuguesa, que atuava como organizadora coletiva destas greves e da esfera pública. Grande parte dos dirigentes operários vêm, aliás, da tipografia e da imprensa (BARRETO, 1981; 1982), e, tal como a burguesia se tinha educado por opção ou por exílio em França e na Inglaterra, também as trocas entre dirigentes operários a nível europeu, fomentadas pela AIT, eram, sem aviões e telemóveis, norma.

Notas conclusivas

O sindicalismo moderno nasce em Inglaterra⁴. É usual ler-se que, entre os seus primórdios, estão as associações mutualistas e cooperativas, cuja inspiração estaria nas guildas e corporações da Idade Média. Encontram-se de fato semelhanças, como a necessidade de prover o pagamento de funerais, auxílio a viúvas e às doenças. Mas não se devem ignorar as diferenças. Muitas vezes em história tende-se a criar cronologias mecânicas que nos levariam a uma sucessão – corporações de ofício, associações mutualistas, sindicatos, que acompanhariam a transformação de artesãos e camponeses em operários.

4 Ver Raquel Varela (2018).

Essa transformação é, cremos, qualitativa. Porque é quantitativa – o aumento da população e a transformação massiva de artesãos e camponeses em operários; porque é geográfica –, o aglomerado cada vez maior em cidades e bairros, quando antes estavam em aldeias ou pequenas cidades fortificadas; porque é econômica – a interdependência é cada vez maior, uma contestação numa pequena oficina ou revolta camponesa não tem impacto setorial e nacional –, a partir do século XIX as cadeias de abastecimento estão cada vez mais interligadas e interdependentes, nacional e, no século XX, internacionalmente (atingindo no século XXI um grau imediato, *just in time*, de dependência). Neste quadro, a greve – paragem de produção – torna-se não só a única forma de os trabalhadores se defenderem de fato (uma vez que não controlam os processos de trabalho, não são donos nem da terra nem dos instrumentos de trabalho, a sua capacidade de luta passa por parar de trabalhar), como se torna a principal razão de ser das organizações dos trabalhadores. A greve ou a ameaça de greve são a razão de ser dos sindicatos: ajuda mútua, auxílio, educação, são ancilares da greve.

As associações mutualistas que se formam, consoantes os países; nos finais do século XVIII e XIX, tinham pequenos donos de oficinas, mas paulatinamente vão sucumbir ao mercado, nas crises; os ofícios substituídos por trabalho parcelar nas fábricas; e também, na luta política, vão expulsando das sociedades os patrões ou eles se retiram, ficando só trabalhadores como sócios. Quer as corporações medievais, quer as associações mutualistas que se desenvolvem no século XIX com grande pujança, tinham característica de ajuda mútua, para fazer face aos funerais das viúvas, velhice, acidentes de trabalho, doenças e, mais tarde, falta de trabalho. Mas as associações já representam uma nova forma de trabalho que se torna dominante – o trabalho “livre”, assalariado, não qualificado.

Os sindicatos não são apenas uma transformação de quantidade das associações em estruturas sindicais. São uma mudança de *qualidade* – isto é, são algo novo. O seu nascimento vem associado à paralisação do trabalho, a greve, marcando a modernidade com a *luta de classes*. Não se tratava só de ajuda mútua, mas luta coletiva. Ainda que defensiva nos objetivos – conservando salários em épocas de altas de preços, tentando reduzir a jornada de trabalho, impedindo a concorrência entre trabalhadores –, ou protagonizando lutas políticas, como greves de solidariedade contra a perseguição política aos membros da Fraternidade Operária, por exemplo, os sindicatos são um produto do capitalismo no século XIX, conservando alguns desses aspectos que recordam o mutualismo, mas distinguindo-se destes pela existência da greve ou ameaça de greve.

É certo que, em Portugal, tal como na história do movimento dos trabalhadores, não raras vezes, quando a situação política era mobilizadora, mutualismo, sindicalismo e até os herdeiros das corporações, as Ordens Profissionais, se confundiram – quando o Centro Promotor das Classes Laboriosas, por exemplo, que nasce como organização mu-

tualista em 1852, se torna um centro defensor, agitador, e assim organizador de fato das greves em 1870.

A solidariedade operária tem antecedentes inspiradores nas comunidades pré-mo-
dernas, mas não nasce espontaneamente nem é imposta pelas formas de trabalho, pelo
contrário. A rotatividade do gado no campo obrigava, por exemplo, camponeses a traba-
lharem nas terras uns dos outros, em apoio mútuo, porque não havia braços para contra-
tar ou dinheiro ou bens para pagar alguém exterior. No modo de produção capitalista a
concorrência entre trabalhadores é o modo de trabalho “natural”.

São muitos os exemplos de solidariedade nas lutas entre os assalariados agrícolas.
Ceifeiros e mondadeiros faziam ações comuns, há registos no fim do século XIX, por au-
mento da jornada (TENGARRINHA, 2022, p. 64), por exemplo. No mundo operário
urbano português, há registos de formas de solidariedade antes de 1870, mas esporádicos
– os fundidores solidarizaram-se na primeira greve de metalúrgicos, em 1849, bem como
grande parte da população de Lisboa, com os serralheiros em greve. Aqui e ali há vários
casos, mas não de forma generalizada.

O salto qualitativo dá-se com o impulso político com a Fraternidade Operária e
com a criação de sindicatos/associações, cujo ponto nevrálgico eram as caixas de resis-
tência. Ou seja, a solidariedade é uma construção política, contra o impulso “natural” da
concorrência imposta pelo regime fabril. Não nasce de os trabalhadores estarem juntos
porque podem estar juntos a concorrer entre si (esse é, aliás, o padrão imposto pelo medo
do desemprego e perdas de salários). A solidariedade é construída. Muitos sindicatos, ain-
da ilegais, começaram como fundos de greve ou caixas de resistência, mas o centro de todo
o programa político da AIT, que vai verter na Fraternidade, era juntamente a constituição
de fundos de greve à escala europeia. Para impedir a concorrência.

Contribuições dos/as autores/as: Concepção, elaboração e revisão: Raquel Varela

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

- ANDERSON, P. *Teoria, política e história: un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 2012.
- ANDERSON, P. Portugal e o fim do ultracolonialismo. In: PAÇO *et al.* *O 25 de abril começou em África*. Vila Nova de Famalicão: Humus, 2019.
- BARRETO, J. Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal. *Análise social*, v. XVII, n. 66, 1981.
- BARRETO, J. Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal. *Análise Social*, v. XVIII, n. 70, 1982.
- CABRAL, M. V. Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo. *Análise Social*, v. XII, n. 45, 1976.
- COGGIOLA, O. *As grandes depressões*. São Paulo: Alameda, 2009.
- INTERNATIONAL INSTITUTE for Social History. *Condition of the industrial classes of foreign countries*. Reports from her majesty's diplomatic and consular agents abroad, houses of the Parliament. London: Harrison and Sons, 1870.
- LÁZARO, J. Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, 2019.
- LOUÇÁ, F. As lágrimas amargas do FMI. *Tudo Menos Economia*, 5 maio 2016.
- MARTINS, C. A. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, v. XXXII, n. 142, 1997.
- MARX, K. O Inquérito Operário. In: *La Revue Socialiste*, 20 abr. 1880.
- PAEPE, C. *Greves, sindicatos e a filiação de sindicatos à Internacional*. In
- MUSTO, M. *Trabalhadores, uni-vos!* Antologia Política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SÁ, V. de. *Esquema histórico do movimento operário português*. Porto: Universidade do Porto, 1990.
- SUPIOT, A. *O espírito de Filadélfia*. A justiça social diante do mercado total. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- TENGARRINHA, J. M. As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*, v. XVII, n. 67-68, 1981.
- TENGARRINHA, J. M. *Lutas laborais e formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: CHUL, 2021.
- VARELA, R. *Breve história da Europa*. Lisboa: Bertrand, 2018.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio: Jorge Zahar, 2001.